

Pauta: Trabalho infantil nas ruas de Porto Alegre

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): (14h26min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH. A pauta de hoje trazida pelo colega, Ver. Cassiá Carpes, também agradecendo a presença dos colegas Ver. Prof. Alex, Ver. Alvoní Medina e Ver. Pedro Ruas. Hoje é um tema muito importante trazido, quero parabenizá-lo, Ver. Cassiá, por esse tema, porque acho que não tem, dos que estão aqui, que não presencie essa real situação que hoje nos assombra aqui na cidade de Porto Alegre, que é a questão do trabalho infantil nas ruas, sinaleira, enfim. Para debater este tema, foram convidados a FASC, a Defensoria Pública, o Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar hoje está tendo uma assembleia-geral dos Conselhos Tutelares, então, por isso o motivo de eles não estarem presentes aqui hoje, eles estão, neste momento, na Assembleia Legislativa; a Polícia Civil também foi convidada – o DECA; e o Sr. Marcelo de Freitas Schuck. O ator principal deste tema, está aqui já, nosso querido amigo, que nunca falta – nas minhas ele falta, quando eu peço ele falta, já conversei com ele. (Risos.) Então, é uma pauta muito importante, quero passar a presidência dos trabalhos para o colega Cassiá, que é o vereador que trouxe este tema. E ontem nós conversamos ainda – não é, Cassiá? – sobre a importância da nossa... eu, que já fui conselheiro tutelar por 20 anos, então, sei bem o que é isso, sei o serviço, sei as reais situações que, infelizmente, é a nossa realidade aqui da cidade de Porto Alegre. Ver. Pedro Ruas.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Apenas também na linha de cumprimentar o Ver. Cassiá, cumprimentar os demais vereadores a partir do nosso presidente, Conselheiro Marcelo; Ver. Alvoní Medina; Ver. Prof. Alex Fraga; o Sr. Tiago Simon, presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC, a FASC presente, na minha opinião, como sempre, amigo, fomos deputados juntos, enfim; a assistente social da Prefeitura, Sra. Márcia Elisa de Souza, que nos dá alegria. Mas só para dizer, Cassiá, o seguinte: não há tema, do ponto de vista do drama social, aquilo que poderia ser modificado com a política, não há

tema mais urgente que esse. Quando eu digo drama social, o autismo é um drama da sociedade, brutal; mas não é só a política que muda o autismo, nós precisamos de mais, de ciência também, enfim, de uma série de circunstâncias. Agora, a criança na rua é um drama social que a política muda, e não há nada mais importante que a política mude do que criança na rua. Então, quero cumprimentar o Ver. Cassiá, e dizer do meu orgulho de pertencer à CEDECONDH, ainda mais num momento como esse e de um tema de tamanha relevância. Muito obrigado.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Passa os trabalhos, então, ao colega, Ver. Cassiá Carpes.

(O Ver. Cassiá Carpes assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Boa tarde a todos, mais uma vez, quero agradecer aqui a presença dos vereadores Alvoni, Alex e Ruas, e do nosso presidente Marcelo pela oportunidade. Esse é um tema que surgiu, e eu acredito que ele não veio aqui porque as pessoas não gostam muitas vezes de aparecer: “Ora, vão lá dizer que eu vou lá reclamar sobre criança na rua”. Isso se torna uma normalidade, e, como disse o Ver. Ruas, isso não é normalidade, criança tem que estar na escola ou na família. Só que aí vem um detalhe muito importante, este caso específico, Márcia, Thiago, como é bom ter a presença de vocês. E eu tenho presenciado, porque eu moro em Teresópolis, pego a 3ª Perimetral e vou para a Zona Norte, é ali na esquina da Av. Ipiranga com a 3ª Perimetral. A mãe ou os familiares ficam lá sentados na grama, no meio, e os filhos, crianças, lá vendendo isso e aquilo na sinaleira. Então, há um domínio dos pais em relação a esse problema, ou das mães, para não generalizar, quando poderia, e aí vem o caminho de conscientização e oportunidade de essas crianças estarem na escola, não tem outra saída. Então, até peço, aproveitando a oportunidade, que a Prefeitura faça... às vezes localizam-se, nesse caso específico, os pais ou alguém que esteja lá, um parente, quem é que está usando

aquelas crianças? Eu tenho visto também, eu sou, quem sabe, meus vereadores, meus colegas, o vereador que mais anda no Centro, eu ando todos os dias, eu encontro adolescentes pedindo de tudo, eu até suscito eles: “Mas espera aí, tu não estudas?” Mas eles fogem do assunto. Em média, eles vêm das ilhas. Um dia estava a Guarda Municipal lá, e eu disse: “Oh, deem uma cuidada nesses guris, porque eles já estão grandinhos e se torna perigoso”. Então, tem muita coisa para ser feita. Fiquei muito contente em saber nesta semana, presidente Tiago, que vocês estão fazendo grande esforço com esse pessoal de rua, que aí nós temos pessoal bom e ruim, nós temos as drogas, e eles, por várias razões, vão para a rua. E eu tenho certeza que vocês... a gente não quer tirar à força as pessoas, nós queremos orientar, queremos levar para um órgão da Prefeitura que dê orientação, dê condições de trabalhar quem sabe, quem quer consegue emprego. Mas, nesse caso específico aqui, o Seu Marcelo foi que me passou essa informação, e depois eu fui constatar, mais claramente, a situação lá na Av. Ipiranga com a 3ª Perimetral, que é de crianças – criança é o nosso futuro, e esses que eu vejo lá dessa forma não vão ter futuro, isso que nos preocupe, e a Comissão tem esse dever, obrigação, de levantar essa questão. Como disse o presidente Marcelo, outros órgãos poderiam estar aqui, mas por outras circunstâncias não estão. Tudo o que nós definirmos aqui, presidente, nós temos que repassar a esses órgãos que, porventura, não apareceram aqui. A FASC está aqui, parece que é o único órgão. Então, depois nós passaremos as notas taquigráficas desta reunião, até por isso peço ao Tiago e à Márcia para se identificarem no início de cada fala. Então agradeço muito. A pauta é o trabalho infantil nas ruas de Porto Alegre, citei esse caso, mas poderia citar muitos casos que acontecem. Então, eu gostaria de, desde já, agradecer a presença de vocês, e, ao mesmo tempo, dar oportunidade, o microfone está à sua frente, não sei se a Márcia começa, ou o Tiago começa abrindo para que nós possamos começar a reunião.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Pela importância que dou para o tema, e nós temos tempo, o Tiago Simon e a Márcia, de forma muito correta, estão nos

auxiliando, eu elogiei o Ver. Cassiá e elogio novamente por trazer o tema, nós temos, e eu verifiquei na sua intervenção, uma divergência, que podemos ter claro, na ótica de ver essa questão. Acho que, historicamente, o problema social foi visto como um problema de polícia. O fato de ter adolescentes ali e tal não é o perigo para a sociedade, o perigo é para os adolescentes, para as crianças que estão na rua. Há uma responsabilidade da sociedade. Do meu ponto de vista, nós não precisamos falar em policiamento para nos proteger, ao contrário, nós temos é que protegê-los da sociedade que não os respeita, que os exclui. Eu só queria fazer esse registro, que há uma diferença de ótica, respeitável, claro, respeito a posição do Ver. Cassiá, e ele que trouxe o tema, então, mais ainda. Mas há uma diferença de ótica nossa e é importante que a FASC saiba que nós não temos todos a mesma posição nesse sentido. Obrigado.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Acho que houve um mal-entendido, mas nós nos acertamos. Quando eu encontrei a Guarda Municipal, eu só pedi para fiscalizar, porque havia informações de eles estavam roubando alguma coisa. Aí já muda um pouquinho a conotação, embora sejam adolescentes, ninguém vai prender ninguém, até porque não tem poder para prender. Um adolescente é praticamente uma criança, mas dá para fiscalizar, orientar e encaminhar para um órgão, como nós estamos aqui chamando, tanto a FASC como o Conselho Tutelar, para que possamos ver essas questões, porque eles eram contínuos ali. Agora eu não tenho visto mais. Quem sabe estão na escola. É isso que a gente quer. Sempre aprendemos que, quando é criança, alguém tem que assustar a gente; não prender. Mas assustar valia a pena – Oh, isso aí não pode. Então, nós não temos divergência, é questão só de interpretação, só isso.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde a todos os vereadores da Mesa, presentes, parabenizar o Cassiá por esse tema e também o nosso presidente Tiago, juntamente com o senhor. Como a gente anda muito na cidade, às vezes, a gente vê... Inclusive esta semana eu estava em determinado lugar e vi um pai com três crianças na sinaleira, o pai estava vendendo... não sei o que

ele estava vendendo, passei do outro lado, mas vi. Infelizmente temos visto muito isso acontecer dentro da cidade, das crianças ficarem com seus pais vendendo alguma coisa, está ali aquela mãe com três, quatro crianças, às vezes a criança fica horas e horas ali na sinaleira. Ficamos preocupados com o futuro dessas crianças, o que vai acontecer com elas. Por que essa mãe ou esse pai está ali? Será que está desempregado? Ou ele não tem onde colocar essas crianças? Está faltando creches?

Então, temos que aproveitar essa oportunidade de o senhor estar conosco aqui, e também nos colocamos à disposição pra ajudar, para poder dar assistência. Esta comissão, realmente, é preocupada com esse tema, principalmente quando se trata das pessoas da cidade de Porto Alegre, tanto a criança, o adolescente como o idoso, porque às vezes passamos nos lugares vemos a população idosa também pedindo dinheiro nas sinaleiras. Infelizmente isso acontece, aquela pessoa já está há anos ali, como aqui perto do Mercado Público, tem um senhor que está sempre aí pedindo dinheiro. Não sei o que falta para essas pessoas para que elas possam sair dali, ou se elas não têm uma aposentadoria, o que se pode fazer par ajudar e apoiar essas pessoas. Obrigado.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Secretário Tiago, é um prazer enorme está aqui com vocês, com a Márcia, esse é um tema muito importante e vocês vão nos ajudar a formar uma ideia coletiva, se Deus quiser.

O Sr. Tiago Simon, presidente da FASC, está com a palavra.

SR. TIAGO SIMON: Inicialmente queria saudar toda a bancada de vereadores, todos os amigos que nos acompanham no plenário da comissão, saudar o vereador-presidente Marcelo, que preside esta comissão, também de direitos humanos e já assumiu também a função importantíssima no conselho tutelar da cidade, o que lhe dá legitimidade, muito conhecimento de causa na área social, na área da criança, justamente para fazer essa intervenção. Agradecer o Ver. Cassiá, igualmente, pela proposição de um tema dessa relevância, dessa importância, e até as suas abordagens já denotam essa preocupação latente

que todos nós temos com esse quadro tão sensível que aflora na cidade. Ver. Medina, Ver. Alex, Ver. Pedro Ruas, querido amigo que já de muito tempo vem pautando sua luta social.

Eu trouxe comigo a Márcia, que representa a FASC na Comissão Municipal do Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil –Competi, conselho responsável pela erradicação do trabalho infantil, pelo fato de que nós, dentro da fundação, na política social do Estado, temos buscado valorizar muito a área técnica justamente para construir uma política social que possa se basear em diretrizes sólidas. É nesse sentido que eu conversei longamente com a Márcia, nessa manhã, onde nós pudemos fazer uma análise... Eu ainda não participei, ela é a representante do conselho, a FASC participa de muitos conselhos, da criança, do Fórum das Entidades, então eu não pude participar diretamente ainda desse conselho. Mas inicialmente eu gostaria de pautar, eu falei com o secretário Léo Voigt hoje pela manhã também, e nós recordávamos que Porto Alegre tem um histórico de protagonismo na defesa dos direitos da criança e adolescente, que é muito importante e necessário que seja ressaltado neste momento. Vamos chegar nesse momento mais sensível, mas Porto Alegre foi a primeira capital ou cidade do Brasil, primeira das grandes cidades em nível nacional que organizou o seu sistema de proteção, a sua rede articulada de instituições, conselhos tutelares, enfim, e erradicou o trabalho infantil, me parece que a partir de 2010 houve essa conquista para a cidade. Isso realmente foi uma conquista muito importante. E isso se manteve até o processo pandêmico. Com a pandemia, nós temos ciência que houve todo um processo de desagregação, bastante complexo, com uma precarização econômica dos vínculos familiares, com a questão do período de quase dois anos sem participação nas escolas, as taxas de evasão escolar aumentaram muito, a questão da saúde mental também se agravou muito e tudo isso, infelizmente... Durante a pandemia nós chegamos a ter mais... A FASC, pela abordagem social, nós temos, hoje, quase 200 profissionais que estão nas ruas da cidade fazendo a abordagem pessoal com os moradores em situação de rua e também com as situações de famílias, crianças e adolescentes que estão nessa situação – eles fazem essa abordagem

peçoal. Durante a pandemia, nós tivemos um número entre 300 a 400 crianças e adolescentes que voltaram às ruas, e ali, obviamente, não que hoje não seja, mas ali, por uma questão de sobrevivência, nós vivemos momentos muitos difíceis naquela circunstância, e, com a retomada, a FASC retomou toda essa articulação em rede com as demais secretarias e principalmente a sua política de assistência, toda a rede de proteção social, que é descentralizada. Nós temos muitos equipamentos hoje descentralizados. A Márcia vai entrar tecnicamente no funcionamento do Competi, não é nesse processo de abordagem, mas hoje a FASC tem os instrumentos para inclusão social dessas crianças. Existem, em vários territórios da cidade, os serviços de convivência de crianças e de adolescentes, que são esses serviços em parcerias com OSCs. Nós temos 160 OSCs em todos os territórios da cidade. Os serviços de convivência são compostos por educadores sociais em todas as comunidades, que reúnem crianças e adolescentes, justamente com o intuito de que elas não fiquem sem acompanhamento quando os pais trabalham. O serviço de convivência, hoje, diga-se de passagem, a FASC, tem R\$ 272 milhões de investimentos: R\$ 100 milhões são para crianças – cabe ressaltar –, e R\$ 60 milhões são para o serviço de convivência. É o serviço, de longe, mais importante, construído com o Fórum de Entidades e outras... Então, você veja, nós gastamos R\$ 60 milhões no serviço de convivência e R\$ 40 milhões no acolhimento, o acolhimento institucional, que são os abrigos, as casas lares, que têm um custo muito mais alto, *per capita* – investimento, na verdade. Só para os amigos entenderem: hoje, o ideal é investir mais na proteção básica, justamente para que a gente possa prevenir que essa criança que está em risco não vá para acolhimento, entendeu? Então nós temos uma série de benefícios eventuais, nós descentalizamos a questão do Bolsa Família, dos programas de transferências, o BPC e o Bolsa Família; não tivemos um acréscimo, fomos uma das principais capitais do Brasil para dar renda para as famílias, isso é muito importante, dar dignidade para as pessoas, renda para as famílias. Então, a partir do momento em que nós fizemos uma parcerização, e além dos CRAS nós pudemos oferecer mais quase 20 postos de saúde, postos de cadastramento, isso facilitou muito o caso das

famílias; agora, as famílias com mais de um filho. Então, isso faz com que a família entre para o CadÚnico e seja monitorada pelo CRAS do território e automaticamente passe a ter um controle da questão da insegurança alimentar e outras situações. Enfim, mas fundamentalmente, essa rede com saúde e com educação é fundamental, e eu vou pedir para Márcia pautar essa situação, a questão da inclusão na rede infantil, na rede de ensino fundamental e a própria questão da saúde é muito importante. Nós temos cartão-alimentação, nós temos Aluguel Social, nós temos todos os dispositivos de acolhimento para realmente oferecer proteção social. No caso dos moradores em situação de rua, Ver. Cassiá, nós temos a priorização, no caso, até para a questão da Cooativpa e outros mecanismos de geração de emprego, de geração de renda para essas famílias, que é fundamental, só que nós temos, obviamente, um quadro, muitas vezes, muito complicado, por exemplo: no primeiro trimestre deste ano, no sistema Prometa, ficaria em 250, nós conseguimos reduzir para 180 o número de crianças e adolescentes, mas nós notamos, a Márcia chamava atenção, que o número de adolescentes não reduziu, foi só o de crianças, porque os adolescentes, muitos têm se engajado no tráfico. Há um aliciamento, há uma pressão maior nos adolescentes em relação a essa questão. São questões muito importantes, que precisam, obviamente, ser discutidas de maneira integrada com os poderes, a importância do Poder Legislativo aqui pautando essa discussão, Ver. Cassiá, e eu vou... Acho que essas seriam as considerações iniciais. Eu vou passar a palavra para a Márcia, para que ela possa complementar, e nos colocamos à disposição.

SRA. MÁRCIA ELISA DE SOUZA: Boa tarde a todos, eu sou assistente social do quadro da Prefeitura, trabalho com a questão da situação de rua desde 2007, já estive também na área da saúde, na qual trabalhei no município de Canoas, principalmente com a situação da dependência química, que eu acho que é algo atrelado e de grande incerteza junto ao nosso trabalho. Como bem o presidente apresentou, ontem mesmo eu estava na Zona Norte, Eixo Baltazar, Recanto do Sabiá, Timbaúva, quem conhece sabe que é um dos nossos territórios mais

densos com relação à violência urbana. É lá nesse lugar que nós temos mães que trabalham com reciclagem, que preferem estar com seus filhos – e não estou aqui defendendo, estou aqui dizendo de uma importância da fala direta daquele que nós atendemos – num galpão de reciclagem totalmente insalubre do que ter um filho que ela tem que atravessar a rua e que ela não tem certeza se vai ficar viva. Não faço aqui a menção também de dizer “Márcia, estamos exagerando o contexto”, não, são ruas que não conseguem se cruzar enquanto violência. É desse adolescente, é dessa criança exposta a essas violências que nós estamos falando enquanto abordagem. Sim, eu acho que a redução não é única da Assistência Social. Nós estamos aqui também, enquanto representantes da Competi, falando que são as secretarias que precisam estar interligadas. Nós estamos falando de quem iniciou essa rede, que bem sabemos que foi o conselho tutelar, que dá a mola que faz com que aconteça essa proteção; e aí a organização não-governamental se une junto ao governo – digo governo enquanto Prefeitura. E é um momento em que, sim, surge a situação da abordagem. É quando o Funcriança é acionado, e nós estamos ali junto, dizendo que sim, que nós vamos proteger essas crianças. Tivemos reduções, já apresentamos em inúmeros países a redução que tivemos em Porto Alegre, somos referência, continuamos sendo referência no Brasil. Um mês atrás, o Rio Grande do Norte estava aqui nos visitando pela referência que somos no cuidado da criança e do adolescente. Infelizmente, não vamos alcançar o patamar maior enquanto não falarmos de segurança pública. Nossas equipes, por vezes, não conseguem fazer abordagem no próprio território devido à insegurança. É desse local que nós estamos falando. E, sim, ainda temos a questão que é a da educação infantil. Mães que possam ter seus filhos em um turno mais estendido em proteção, para nós, é fundamental; se não, elas vão, sim, continuar com essas crianças na sinaleira. As 180 crianças aqui são nominais, elas têm nome e sobrenome, sabemos as mães, estamos abordando, estamos junto – junto quero dizer, sim, sabendo quais são os próximos passos a serem tomados. Não é à toa que parece tão insignificante um cartão alimentação. A ideia do cartão alimentação, quando pensado pela FASC, autorizado pelo presidente, é que

essa alimentação possa ser escolhida, é disso que estamos falando. Um cartão alimentação com que a pessoa chega no mercado e escolhe, ela não recebe uma cesta básica apenas, ela também está dizendo “sim, eu posso escolher”. Estou falando de insegurança alimentar, a insegurança alimentar é muito mais do que simplesmente pensarmos que é alimentação para aquela pessoa, não, é muito mais que isso. Como eu dizia, ontem, um dos assuntos que tivemos na Zona Norte com a abordagem era falando exatamente isso. Pizzarias e restaurantes, famílias que esperam na madrugada por alimento. Essas famílias estão ali esperando por esse alimento. O que nós, enquanto sociedade civil, governo, enfim, precisamos nos articular e pensar? Existia um decreto que não permitia o repasse de alimentos; mas, na pandemia, a gente teve que afrouxar essa situação. E esse repasse de alimentos hoje é para a nossa população, principalmente para os catadores – não é geração de renda –, que são os seres mais importantes, os trabalhadores mais importantes, porque nós somos a sociedade que mais produz lixo. E, sendo a população que mais produz lixo, precisa se pensar o que fazer com essa riqueza, porque, para eles, isso é uma riqueza. Só que um *bag*, que é um saco, que todos devem conhecer – vemos nas ruas de Porto Alegre sendo carregados por essa população –, R\$ 9,00. Um *bag*, R\$ 9,00; quantos *bags* seriam necessários para que essa população pudesse ter uma geração de renda efetiva? Nós estamos falando de galpões de reciclagem insalubres, galpões de reciclagem que recebem esses materiais; e hoje, de certa forma, existem aliciadores, carros que se abastecem dessa população e levam para esses galpões, e esses galpões não são legalizados, e são essas pessoas que estão lá sendo totalmente expostas com seus filhos. Mas seria uma comparação bastante difícil, que é ou a bala, o filho morto, ou o filho dentro da insalubridade. Hoje estamos nesse patamar de discussão.

A Saúde vem conosco, e hoje de manhã eu forneci a lista nominal de 2022 para a rede de saúde, porque as crianças que são alocados... E existe um protocolo na Competi que faz com que tenhamos, cada uma das secretarias, o mínimo do seu comprometimento, e um dos comprometimentos da Saúde é saber, nominalmente, quem são essas crianças de risco. Hoje de manhã, eu passei,

porque a Saúde, até então, não tinha a lista nominal das crianças no trabalho infantil. Nossa parceria e o nosso trabalho fazem, sim, com que possamos estar fornecendo nominalmente essas crianças, para que sejam acessadas também pela rede de saúde. Essas famílias então, em grande maioria, no Eixo Baltazar, no Cristal, na Restinga, que são as maiores preocupações, é onde nós temos os locais específicos, onde também acontecem as abordagens vespertinas. Por isso, nós temos hoje o Ação Rua, que trabalha até as 17h, 17h45min, que é o serviço de abordagem de Porto Alegre, mas já com uma preocupação, sim, que a gente possa ter o vespertino, que seria até as 20h, que é um momento que, para nós, está sendo o momento mais sério, que são as feiras, os jogos de futebol, os *shows* – as crianças estão ficando mais vulneráveis nesses espaços. Também está sendo discutido ainda este ano o protocolo que fala sobre a questão da abordagem também enquanto ampliação, e pensando se essa abordagem precisa ser uma equipe mais estendida dentro dos territórios, sendo esses territórios os territórios de maior agravamento. E quando eu falo em agravamento não é só pela questão da situação do trabalho infantil, mas, sim, pela situação das piores formas de trabalho infantil; dentre elas, o tráfico. E é sobre esses adolescentes que nós estamos falando aqui, como foi citado anteriormente. Não estamos aqui também falando que seria a medida mais eficaz, a questão higienista, policialesca, não é disso que estamos falando. Nós estamos dizendo que o tráfico está captando os nossos meninos, e é a estes meninos que nós não estamos conseguindo chegar. Hoje há uma redução em Porto Alegre, drástica, em cada CRES, uma média de 2 a 3 meninos, mais na Restinga, 20, mas no restante dos CRES, que são centros de referência especializado de assistência, ampliando aqui a nossa discussão, com um número reduzido de medida socioeducativa. Se nós estamos diminuindo o número de medidas socioeducativas, aonde estão os nossos meninos? Envolvidos pelo tráfico, tão envolvidos que nem o poder público está conseguindo chegar até eles, nem como medida socioeducativa, tanto é que as medidas em Porto Alegre que são medidas de execução estão sendo transformadas em medidas de proteção. Os juízes conseguem, perante o

menino, ver a catástrofe da vida daquele menino, o envolvimento que ele se colocou, a família também degradada, o juiz hoje consegue fazer medida de proteção, ele exige medidas de proteção e acompanhamento à família e não mais simplesmente encaminhamento à Fase. A Fase está com um número reduzido de meninos.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): A Fase é do Estado?

SRA. MÁRCIA ELISA DE SOUZA: Exatamente, onde seria o meio fechado, agravada a situação.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Márcia, eu quero contribuir. Essa integração que foi colocada, eu acho muito importante, pois essa integração facilita o fortalecimento dessa rede, porque todos nós somos sabedores que uma criança ela não está ali porque quer, nenhuma criança. Uma vez, vereadores, fui chamado na escola porque uma criança de nove anos estava agredindo seus colegas, enfim, agredindo todo mundo. Ao chegar na escola lá, a minha postura enquanto conselheiro tutelar, enquanto garantidor de direitos, foi botar a mão naquela criança e dizer: Meu filho, o que está acontecendo? A diretora, meu Deus do céu, virei inimigo da diretora: “Mas vem cá, tu vens aqui para resolver o problema!” Falei: Não, diretora, a senhora já está violando o direito desse menino, eu não sou quem viola, eu sou quem garante; a gente tem que saber o que está acontecendo com essa criança para ele estar agressivo assim. Então, é nesse sentido esse olhar, porque quem está de fora não enxerga, mas nós que vivemos, nós que sabemos a realidade... Durante esses 20 anos eu fui sempre um conselheiro tutelar muito atuante dentro das minhas comunidades, e a gente sabe o quanto é importante essa interligação. Muitas vezes oportunizar, para essas crianças e adolescentes... Nós estávamos conversando agora: tu tiras a criança da rua, e aí o que tu fazes? Vai lá, aplica medidas na mãe, encaminha para a saúde, são 700, 800 dias para um atendimento; encaminha para outro setor, para o serviço social, para o CRAS, muitas vezes tem que ir às três horas da manhã, às quatro horas da manhã para

tirar ficha, a gente já começa a afastar. Essa é a realidade que a gente tem que facilitar. Eles já estão numa bomba relógio, então nós temos que ter o cuidado e a sutileza de trazer essa criança e esse adolescente de forma que a gente consiga resgatar ele. Para o processo de resgate, a Brigada Militar e a Polícia Civil têm que estar envolvidas. Na Dona Margarida ali, que é a nossa região, geralmente tem crianças ali, e o paizinho fica sentado lá no outro lado. Caso de polícia, essas crianças estão sendo aliciados, estão sendo exploradas. Então não é só o Conselho Tutelar fazer a abordagem, por que aí o que acontece, a abordagem vai lá, o pai vai lá e vai brigar, vai tocar pedra, vai fazer e acontecer. Então a primeira abordagem, sempre digo: Brigada Militar; viu o crime, já encaminha para os setores responsáveis. Conselho Tutelar é medida de proteção, Conselho Tutelar não pune. Então são diversos atores. A rede teve início lá em 1992, quando o Estatuto da Criança e do Adolescente foi criado, e a rede se fez necessária para que a gente pudesse fazer esse trabalho em conjunto. Então, hoje, essas redes que existem lá dentro do Conselho Tutelar, dentro das regiões, necessitam de interligação, de trabalhar em conjunto para que possam resolver as situações. O Presidente Tiago colocou uma coisa muito certa, a realidade hoje, não só a nossa, mas do Brasil, é uma. Eu, quando fui coordenador-geral do Conselho por duas vezes aqui da cidade de Porto Alegre e sempre dizia: Não adianta a gente ficar se lamentando, culpando A, culpando B, a gente tem que se dar as mãos e trabalhar com o que tem. Enquanto a gente está discutindo aqui nesse momento, tem criança e adolescente morrendo na ponta, essa é a realidade. Então, é nesse sentido que a gente tem que olhar para a frente e fazer um pouco mais, e esse um pouco mais é difícil, muitas pessoas não querem, infelizmente, muitas vezes não estão preparados. Eu sempre discuto dentro do meu gabinete, com meus assessores: muitos profissionais não são preparados para chegar na ponta, não têm a preparação. A faculdade não prepara o profissional para lidar com criança autista, ela tem que aprender na marra, é a maior dificuldade que nós enfrentamos. Das solicitações aqui é das portas fechadas. O real motivo dessa nossa vinda aqui para resolver. Muitas crianças e adolescentes que estão ali também são oriundas da Região

Metropolitana, nós estamos conversando isso aqui, mas como Porto Alegre é a capital, é a entrada, é muito fácil pegar o ônibus, qualquer ônibus que pega em qualquer cidade, hoje, para em Porto Alegre, então ela vem para cá, muitas vezes durante o dia, para trabalhar, para tentar ganhar um dinheirinho, para voltar. Eu me lembro muitas vezes que nós fazíamos essas ações com criança adolescentes com a Brigada Militar... Muitas também no Trensurb, que é um que é uma situação muito recorrente também, as crianças em situação de mendicância dentro do Trensurb sempre acabam... Eles pegam e acabam levando para o Conselho Tutelar, aí tu vais ver e é de outras regiões, o pessoal manda para cá porque aqui tem mais tem mais facilidade, tem mais serviço, só que muitas vezes a realidade é outra. E essa cultura dessas comunidades, principalmente das periferias, o tráfico vem tomando conta, e nós, enquanto serviço, cada vez temos que ter um jogo de cintura maior para poder lidar com essas situações. O Conselho Tutelar se debate muito nisso, de entrar... O serviço também, o CRAS, muitas vezes tem que ter um jogo cintura muito grande, porque o serviço tem o poder de requisitar a força policial para poder fazer uma ação dentro de uma comunidade. Vai fazer uma vez, depois ela não entra mais. "Ah, mas é dever". Sim, é dever, mas e aí? Qual é a garantia que a gente tem? Muitas vezes, que vocês não sabem, uma criança, um adolescente que nós conseguimos fazer um trabalho que saem das ruas, isso é uma briga que eu tinha muito dentro do Judiciário, dentro do Ministério Público, acontece que o serviço – estão me chamando a atenção, mas acho importante isso, que os serviços se deparam muito nessa dificuldade –, muitas vezes, fica impedido de trabalhar porque, quando eles pedem o acolhimento, quando eles pedem uma ação forte para essas crianças, os pais são representados e o serviço não tem garantia nenhuma. Aí os pais quando vão lá, que perdem o pátrio poder da criança ou do adolescente, no Judiciário, a mãe tem acesso, o pai tem acesso, ah, foi o conselheiro tutelar que tirou, foi o que fez o ofício solicitando. Na realidade, ele não fez para tirar a criança, ele fez para proteger a criança. Então, é um dos dispositivos que a gente se deparava muito, mas não quero tomar mais tempo, eu quero ouvir vocês mais ainda para que a gente possa... Acho

importante esta interlocução nossa de tentar, e o serviço principalmente do Ação Rua é o principal hoje dentro da cidade de Porto Alegre, que faz, que é responsável por esse serviço na cidade de Porto Alegre por essa abordagem.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Presidente, se me dá licença, eu tenho uma perguntinha, porque eu preciso sair tenho um enterro no Jardim da Paz daqui a pouco. Eu gostaria de saber se essas 180 crianças e adolescentes cadastrados junto à FASC foi por demanda manifesta ou foi busca ativa que vocês obtiveram e qual o impacto da ausência dos censos do IBGE, que 12 anos nós não temos censo do IBGE, que impacto isso tem no trabalho de vocês, porque política pública precisa de dados, a gente precisa mensurar os dados e a população é dinâmica. Então eu gostaria de deixar esse questionamento para vocês.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Quero ser breve, eu fui anotando durante as exposições do presidente Tiago Simon e da Márcia, muito boas as exposições para o sinal, e dizer que a gente tem alguma experiência, evidente, todos nós aqui temos de alguma maneira, são as pessoas que vêm de escolha popular e, portanto, não há como sermos escolhidos sem estarmos com as pessoas, e podemos ter divergência também, não há problema nenhum, é da vida. Um dado me chama a atenção, presidente, e foi muito bom, eu não sei se foi coincidência ou não a sua posse ter ocorrido nesse mesmo período.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): É verdade, não sei se é coincidência, eu acho que não é, mas enfim. Há um período anterior em que nós temos o seguinte dado: a FASC distribuía dez mil cestas básicas ao mês; cestas básicas, não cartão. A necessidade era de 50 mil, eu fui várias vezes na FASC, eu dei emenda impositiva para cesta básica, eu consegui colocar no orçamento dinheiro para cesta básica, consegui, trabalhei com isso. Aí, ao invés de subir para 50 mil,

baixou para seis, atualmente é seis. Bem, algo houve. Vejam bem, deixa eu dizer agora o lado pior dos dez mil, não vinha da agricultura familiar daqui, não vinha do incentivo à produção gaúcha, vinha de Minas Gerais, de avião, até a sua chegada, aí mudou. Então nós temos hoje, na minha opinião, insuficientes, mas melhor do que nada, os cartões de alimentação. Antes as senhoras iam nos CRAS, geralmente mulheres, e levavam aquela cesta gigantesca, não conseguiam nem levar direito aquilo, e tinha que chegar às 5h da manhã. Eu dou um exemplo, Márcia, o CRAS Glória, se não chegasse às 5h da manhã, às 8h não tinha nada, eu fui junto, denunciaram para mim, eu fui lá ver e era isso mesmo; às 8h15min, no CRAS Glória, não tinha nada. Bom, se tem um cadastro, ou se tem alguma coisa das famílias que são dali, tem aquela garantia, ainda mais a pessoa tendo o cartão, ela pode fazer a sua cesta. Eventualmente pode ter uma intolerância alimentar, alguma coisa como lactose, e a pessoa não pode escolher, ela tem que poder escolher e o cartão está de parabéns. Na verdade, se precisa mais cartões, ele é de R\$ 200,00 cada um, se não me engano. Nós precisávamos ter mais cartões e acho que nós temos que colaborar nesse sentido, a Câmara tem que colaborar, emendas impositivas, orçamento, nós temos que colaborar, é um trabalho fantástico, extraordinário, imprescindível e insuficiente, porque precisa mais. Eu estou concluindo aqui para dizer que eu participei de um debate há pouco tempo, cerca de dois meses, pouco mais, foi em fevereiro, quando foram retirados da rua, em vários momentos seguidos, em duas semanas, camelôs, alguns até com violência, seja pela Guarda Municipal, seja pela Brigada Militar, por que não se deixa aquele camelô trabalhar ali? Ele vai fazer o quê? Ele vai para o tráfico também, ou ele vai pegar os filhos e vai para esquina pedir? Porque, às vezes, se exige um comportamento, mas não se dá condição de mudança. Por que aquela violência, quebraram os materiais quebraram os materiais vendidos, eu vi quebrarem, eu interferir para não quebrarem, interferir. E quero dizer que nem sempre foi assim, quando o Ver. Idenir Cecchim, não estou dando o exemplo da esquerda, era secretário da SMIC, ele preservava o material e devolvia, nosso colega, Ver. Idenir Cecchim. Quebravam ali, eu vi quebrar, interferi e não quebraram. Então, nós temos que

ter um olhar sensibilizado, sensível ao conjunto, e até eu anotei o seguinte, para concluir: a pior coisa na área social é o trabalho inexistente; a segunda pior coisa é o desorganizado; e a melhor é um trabalho bem feito. Eu acho que a nossa ideia hoje e no dia 6, cumprimento o Ver. Cassiá Carpes por esta iniciativa hoje e no dia 6, é exatamente chegarmos a um trabalho organizado e bem feito. A FASC tem condições e tradição, a FASC é reconhecida nacionalmente, tem tradição nesse trabalho. Eu conheci pessoas de 20, 30, 40 anos atrás que trabalhavam na FASC de maneira brilhante. Eu concluo por aqui, deixando como sugestão exatamente isso, que a gente organize mais, trabalhem em conjunto e vejam o problema social como ele é um problema social, ele não é um caso de polícia, ele é um problema das autoridades que tem que colocar o estado, em sentido amplo, ali para oportunidade, não é que todos sejam iguais, para dar oportunidade. Obrigado.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Márcia, te ouvindo, fiquei um pouco indignado, primeiro, eu gostaria que tu falasses para nós quem faz parte dessa parceria, dessa grande rede e eu quero pedir a esta Comissão que encaminhe ao Conselho Tutelar a nossa indignação. Hoje, por mais que tenha esta reunião, teria que ter um representante do Conselho Tutelar. O que eu noto, e não é de agora, é que ficam fugindo desse assunto. Essa integração é tão necessária que eu gostaria de saber de que forma ela é, inclusive o que a Márcia falou, com muita propriedade, por que nas regiões pobres que tem tráfico, tem tudo, não se dá prioridade para essas crianças nas escolas de turno integral? Isso me chama atenção, porque lá tem educação e alimentação que vêm ao encontro desse interesse. Então, quando eu não vejo aqui a Defensoria Pública, não vejo a Polícia Civil, o DECA, não vejo o Conselho dos conselheiros tutelares, e eu já vi, me desculpe, Presidente, V. Exa. defendeu o Conselho Tutelar, mas eu já vi o Conselho Tutelar fugir muito desses assuntos. Não dá mais para ficar um empurrando para o outro. Então, nesse sentido, é a minha revolta, no sentido de que, quando o Conselho Tutelar não vem aqui não quer resolver ou quer fugir do assunto. Eu entendo que eles são muito importantes, senão eu não estaria

falando com essa veemência. É pela sua importância, no dia a dia, das crianças e da cidade, é nesse aspecto que eu me posiciono. Quero saudar aqui o Ver. Bobadra que está chegando junto conosco, mas eu acho que esta Comissão tem que fiscalizar e eu vou fiscalizar, não que eu desconfie, mas vou fiscalizar. Nós temos que mandar um ofício desta Comissão com a indignação da não presença do Conselho Tutelar aqui nesta Casa para prestar um serviço relevante para as crianças. E eu tenho certeza que é o que mais os conselhos tutelares tratam. Então, para saber o perfil nós temos que ter a rede aqui e hoje não teve a rede. Quero até mais uma vez parabenizar o Thiago e a Márcia por estarem aqui. Nós queremos ajudar, Márcia, mas a gente também se revolta, a gente tem indignação. Eu entendo que teu trabalho é sensacional, mas como é que tu vais fazer o trabalho se não tem essa rede ao teu lado? Então é nesse sentido que eu me posiciono. Vereador Bobadra.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Presidente, obrigado, eu quero, primeiro, cumprimentar o presidente da FASC que veio nos prestigiar aqui, porque geralmente a FASC manda um representante e de alguns momentos para cá está vindo sempre o representante máximo da instituição. Isso mostra o respeito e o carinho que a FASC tem com a nossa Câmara Municipal. E quero ressaltar também aqui, só por uma questão de organização e dar a sugestão para todos os vereadores que, quando fizerem as audiências aqui da CEDECONDH que peçam para alguém do gabinete reforçar o convite, porque talvez – isso já aconteceu comigo – o DECA ou o Conselho Tutelar tenham recebido o *e-mail* e este tenha caído na caixa de spam. Então, quem sabe, alguém do gabinete reforça para ter certeza mesmo que eles foram convidados.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Me permite, concordo plenamente contigo. Além dos nossos gabinetes, a Comissão tem que ligar antes para saber se virão. Isso é fundamental. É assim que nós fazíamos.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Nós temos que fazer uma reunião então com o nosso Presidente, é que não é a primeira vez que isso está acontecendo aqui. Não é caça às bruxas também, é só uma questão de organizar a coisa. Quem sabe a gente faz uma reunião com o Presidente Hamilton para ver se é só nesta Comissão que está acontecendo isso, porque parece que a Comissão manda para outro setor...

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Aí eu peço aos assessores do Marcelo para saber se houve a confirmação, se eles receberam, porque a Comissão tem essa tarefa.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): É que a Comissão passa para outro setor e o outro setor dispara o *e-mail*, é tudo terceirizado. Então a gente tem que mudar isso porque não está funcionando a convocação. E num segundo momento, eu quero dar uma sugestão aqui, eu acho que o debate é importante, mas eu acho que nós temos que sair hoje daqui com alguma ação efetiva, e eu vou dar uma sugestão, com muita humildade. Nunca fui conselheiro tutelar, já fiz algumas coisas na minha vida, mas no Conselho Tutelar nunca tive essa oportunidade, mas visitei recentemente um conselho lá na Bom Jesus, conversei com o conselheiro lá e ressaltéi que não só lá, mas em vários Conselhos Tutelares eles têm problema na área de informática com os seus computadores. O que eles me alegaram? Que o monitor é bom, mas que estão precisando de *desktop*. Então, quem sabe a nossa Comissão aqui manda uma emenda, uma emenda à Comissão, uma para cada Conselho Tutelar? Porque tem as mesas dos conselheiros tutelares e tem as mesas de plantão, então que a gente possa mandar um *desktop* para a mesa de plantão para cada microrregião, para que, pelo menos o Conselho de plantão tenha um computador *top* para poder utilizar. Porque olhem só a dificuldade, para mandar para a impressora, eles têm que botar num *pen drive* e botar num outro computador para colocar na impressora, porque não há uma interligação, tem um problema com a Procempa. É uma coisa vexatória. Uma coisa prática em todos os conselhos tutelares.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): É uma estrutura que a Prefeitura tem que dar para os Conselhos, é responsabilidade da Prefeitura, mas para nós cobrarmos da Prefeitura nós precisamos saber e alguém precisava vir aqui. Isso que tu estás dizendo, se tivesse um representante do Conselho Tutelar aqui, ele estaria dizendo. E a palavra deles é maior que a nossa, porque eles conhecem mais. Eu tenho o maior respeito pelo Conselho Tutelar, mas coincidentemente comigo já é segunda vez que acontece aqui, uma em que um vereador queria colocar uma emenda para os conselheiros tutelares não fazerem o exame ou a prova, e nós derrubamos no plenário, a prova está que ele nem apresentou. Como é que nós... Isso não é isonomia, os que estão chegando fazem a prova e os que estão lá dentro não aprendem mais nada e não fazem a prova. Não, não é bem assim. Eu considero o trabalho fundamental deles, eu não teria condições de chegar numa família e ter que, numa linguagem, desculpe, tirar o filho, porque estão tratando mal, o pai ou a mãe. Isso só vocês, com a habilidade de vocês, podem fazer, porque vocês conhecem a comunidade, vocês são respeitados na comunidade. Agora, essa integração, como a Márcia disse, me chamou atenção, não existe nenhum resultado positivo sem a integração. Essa é minha opinião. E isso não é, Bobadra, só a integração deles, e tu és testemunha disso, tu fizeste uma reunião aqui e tiveste que chamar de novo os órgãos para se integrarem, para resolverem aquela questão lá da Costa Gama, se não me engano. Então essa integração, Márcia, eu fui secretário de Obras, eu sabia como era importante fazer a parceria, porque certas coisas a gente não faz, é outra Secretaria que faz. Então, eu quero que tu, com essas minhas palavras de ex-secretário e vereador por quatro vezes nesta cidade, que tu cobres dos outros órgãos para que compareçam nas reuniões, porque isso é muito importante. Vocês sozinhos não vão resolver, é o que tu estás dizendo, tu dás o panorama para nós, mas a solução tu não consegues dar sozinha. Então essa é a minha preocupação.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Obrigado. Só para finalizar então, eu gostaria de deixar encaminhado e que sofresse a apreciação aqui da Mesa,

para que no final da reunião a nossa Comissão possa mandar dez gabinetes de computador para os plantonistas do Conselho Tutelar. Eu acho que é um sinal de apreço, de carinho, de atenção para que a gente possa ajudar de alguma forma com um auxílio mediato, para que os conselhos tutelares possam desempenhar melhor as suas funções.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Isso faz voltar para mesmo tema de outra vez aqui, como é da Comissão e nós temos um ex-conselheiro aqui, um grande e ex-conselheiro, conhecedor da matéria, que nós possamos fazer uma emenda da comissão para o orçamento. Toda a emenda de comissão tem muito mais poder – pela nossa experiência, Ruas – do que uma emenda individual, que aparece um vereador só; quando é a desta Comissão importante da Casa, acho que nós temos muito mais condições, vamos aproveitar. O Marcelo faz um levantamento do que está faltando para a gente se preparar. É bom nós termos nos anais, nas cópias taquigráficas, para que, cada vez que a gente faz um complemento e uma finalização, que nós chamamos de encaminhamento, nós possamos direcionar essas questões, valorizar a Comissão, e não querer pegar uma coisa sozinho, que, às vezes, sozinho é pessoal, e aqui a Comissão tem mais força – somos seis, estamos todos aqui! Nesse caminho que eu peço para que nós possamos ter registrado, porque isso é importante.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Essa luta, colega Bobadra, é uma luta nossa, porque a responsabilidade do aparelhamento dos conselhos tutelares é da Prefeitura, e sempre veio restos para nós: computadores usados do Ministério Público, o aparelhamento sempre foi muito sucateado. Esse olhar desta Casa, acredito, sim, nele. Ar-condicionado, se fores ver, muitas sedes não têm ar-condicionado, a sala dos conselheiros e a sala de atendimento não têm ar-condicionado. São várias situações recorrentes.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Sim. Tudo é mais difícil para o Conselho Tutelar.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Só para fazer um nivelamento: o problema da capina. Eu estive visitando uma sede do Conselho Tutelar e tinha uma grama altíssima, mato. Entrei em contato com o pessoal do DMLU, e o que me informaram? Que o contrato do DMLU não permite que se faça capina dentro dos conselhos tutelares.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Mas a Secretaria de Serviços Urbanos pode ir lá.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Aí pedi que fizesse um complemento dentro do contrato, eles disseram que é um outro valor, que é outra secretaria, um problema de contrapartida contábil.

SRA. MÁRCIA ELISA DE SOUZA: Queria falar da pauta do censo e da importância de nós termos os dados. Pensando nisso, com a presença do presidente, assinou-se a possibilidade, pelo menos internamente, da FASC... Porque não somos perfeitos, nem estamos aqui alegrando tal coisa, mas precisávamos que a Vigilância tivesse dados mais consistentes. Hoje é feito nominalmente, chega a lista do Ação Rua nominal, coloca-se nominalmente no sistema, e se conta com o filtro do Excel; foi comprado, então, um programa – pela primeira vez nosso presidente assinou essa possibilidade –, que nós também vamos colocar nominalmente, mas será algo que vai circular em todos os serviços, um prontuário eletrônico que para nós se faz necessário. Aí teremos dados fidedignos dessas famílias e saberemos por onde tem se dado a circulação. Também estamos em aperfeiçoamento, vai ser o próximo passo que nós vamos ter e, quanto mais dados, mais a política se fortalece. Como assistente social, eu posso dizer que estatística faz parte de algumas cadeiras obrigatórias que a gente tem, sem dados não se consegue fazer política pública.

Pensando na nossa Vigilância e também pensando na importância de ser real, para além do nome, para a família em acompanhamento, estamos nas próximas semanas fazendo a capacitação e tendo toda a rede interligada – principalmente da assistência – e tendo cada vez mais a possibilidade de fornecer dados, como eu disse que forneci hoje pela manhã, com maior realidade.

Quero também aqui falar sobre esse cartão, não esquecendo da geração de renda. Como assistente social eu sempre coloco que as comunidades precisam de geração de renda, e tendo geração a partir do quê? Um cartão é o mercadinho, o momento de geração de renda, não são só os grandes supermercados que aceitam aquele cartãozinho, e ali se geram os valores. Vou aqui dizer o que nem uma nem duas mães nos disseram: “comprar frutas”. Sabem o que é não comer fruta? Escolher a fruta que seu filho pode comer? Quero dizer que doenças hoje não escolhem classes, todas estão com a questão da lactose, de alguma insuficiência de ferro, enfim, e essa mãe saber gerenciar também esse cartão foi fundamental, não só receber uma cesta básica pronta, mas também falando da geração de renda da comunidade, o dinheiro circulou na comunidade, até na compra de um gás, porque a gente também está falando que comprar gás do mercadinho do lado... Talvez em algum mercado maior não, mas dentro da comunidade, eu circulo, venho de uma comunidade, posso dizer para vocês que o mercadinho do lado aceitou o cartão para poder comprar o gás daquela família.

Com relação ao Competi, também como representante desse lugar digo que estamos retomando as discussões com as linhas do trem para fazermos o Juntos Somos Fortes, que é um grupo que foi constituído ao longo da gestão anterior, e eu venho dando continuidade, que abrange Esteio, Novo Hamburgo, Sapucaia, enfim, a linha toda de trem com a qual estamos de novo nas discussões para pensar ações.

Falando novamente das regiões limítrofes, que são as regiões que fazem paralelo com os nossos municípios, por exemplo, Zona Norte e Alvorada; ali a discussão é acirrada, mas já efetiva, com os Cress de Alvorada, mas por que isso? É atravessar um valão – para quem não conhece a Zona Norte, Timbaúva

– e está em Alvorada; atravessou um pouquinho mais abaixo – vocês lembram do Big Alvorada? –, pois é, Porto Alegre faz uma questão do trabalho infantil também naquela região, tinha dado uma parada, mas ali a gente vai ter um cuidado específico porque retomou. Eu digo aqui porque nós não estamos fazendo propaganda de supermercado, mas falando da importância que a gente tem de ter uma interlocução com as grandes redes de supermercado, que precisam estar atentas.

Outra discussão que nós estamos tentando também é pensar...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Márcia, não entendi, as grandes redes precisam ficar atentas a quê?

SRA. MÁRCIA ELISA DE SOUZA: Eu acho que à discussão do trabalho infantil, porque são essas grandes redes que também sustentam esses lugares, já vimos inúmeras famílias, principalmente aqui em Porto Alegre, que ficam na porta do local esperando a formação de algum alimento, alguém que possa fornecer. A gente precisa estar retomando, já tivemos trabalhos bem importantes com a parceria do Zaffari e acho que é preciso ampliar.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Mas essas, atualmente, pela legislação pandêmica que se manteve, é possível a doação do alimento não utilizado, não vendido? É possível o aproveitamento?

SRA. MÁRCIA ELISA DE SOUZA: Eu acho que a gente pode fazer essa discussão, sim, mais ampliada, principalmente não diretamente à pessoa, mas revertendo, talvez, em outros cartões, em outras doações, e falando também da campanha, apoio à campanha.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Porque há redes que estão devendo, inclusive, explicações à sociedade, e que acho que gostariam de auxiliar, pelo menos nesse sentido, como é o caso do Carrefour. Então, se for o caso, nós –

FASC, Câmara, comissão – poderíamos ir nesses locais todos pedir o auxílio. Eu me disponho a ir em todos com vocês.

SRA. MÁRCIA ELISA DE SOUZA: Exato. Eu acho que principalmente pensando nas campanhas, que são os fomentos que mais se precisa na divulgação e na discussão. E dizer também que nem tudo é terra arrasada, não estamos também não falando de questões importantes, sim, alcançamos famílias, o Ação Rua ou serviço de abordagem, quero dizer que ele não larga a mão da família abordada. Essas famílias são acompanhadas, são inseridas, tem os seus benefícios em acesso. Os cadastros, hoje, são descentralizados e, sim, a região Glória tinha que madruguar, mas hoje se pensa também na descentralização do Cadastro Único. Hoje nós temos também aplicativo que a família pode acessar. Eu sei que é difícil uma família com internet, celular, mas é isso, a gente tem que dar inúmeras oportunidades de acesso. E hoje, em Porto Alegre, existe inúmeros locais que as famílias estão conseguindo fazer os seus acessos, seja ele direto no CRAS ou em postos descentralizados para fazer o Cadastro Único. Por que? Hoje Porto Alegre não recebe nenhum fomento com relação ao trabalho infantil, que é o que queremos retomar. Nós continuamos fornecendo informações ao Sistema Nacional para que a gente possa receber os fomentos. Hoje é feito – tudo que eu falo aqui com vocês e todas essas organizações – pela verba direta municipal. Até meses atrás, nós tínhamos a verba nacional pandêmica, nós estávamos recebendo, hoje não, é nosso, do nosso Município. Não estou aqui defendendo o governo ou desgoverno, o que eu estou dizendo que não é nada de um fundo. Hoje, nós temos o campo dez, as equipes estão se preparando cada vez mais para saber apontar o campo que identifica trabalho infantil no Cadastro Único, não como rotulação daquela família, mas, sim, que aquela família pode receber um acréscimo no Bolsa. E também para que isso possa ser revertido para nós, enquanto Município, para que cada vez mais possamos estar fomentando juntos. E com relação, novamente, à Competi, que vem se colocando e vem solicitando a presença do Conselho Tutelar. Quero dizer que estivemos na capacitação dos conselheiros tutelares. Por duas noites, nós

estivemos presentes, tanto para falar do Competi, a abordagem, como para falar da situação de rua, como um todo. E nós todos ali, enquanto técnicos, nos colocamos à disposição. É fundamental dizer que não queremos guerra com Conselho Tutelar. Nós queremos é parceria, com certeza.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Tem algumas coisas que eu coloquei e tu não respondeste ainda: parceria, integração, escola integral.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Permita-me, Márcia, aproveitando a intervenção neste momento do presidente Cassiá Carpes, ele fez uma observação muito correta, porque o Conselho Tutelar costuma não comparecer.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Como se não fosse deles a responsabilidade também.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Mas há uma contradição brutal. Quando um vereador veio aqui apresentar um projeto para os atuais conselheiros, que ele mencionou, permanecerem sem disputar a eleição, vieram todos, lotou a sala, presidente. Então, é contraditório e constrangedor ao mesmo tempo.

SRA. MÁRCIA ELISA DE SOUZA: Quero aqui afirmar que as nossas reuniões, enquanto Competi, as microrredes, todas, são com o viés sempre de respeito e chamando o Conselho Tutelar. Sempre nós, enquanto discussões de casos, porque o caso...

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Lá eles comparecem?

SRA. MÁRCIA ELISA DE SOUZA: Não.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Não vão também?

SRA. MÁRCIA ELISA DE SOUZA: Não.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Isso é grave, Márcia.

SRA. MÁRCIA ELISA DE SOUZA: Nós estamos retomando, com a Competi, dentro das hoje... Para quem é um pouco assim da minha idade, lá em 2007, 2010, nós tínhamos a Central das Redes em Porto Alegre. Nós estamos retomando as reuniões, que é chamando novamente os coordenadores de rede, fortalecendo os locais que se enfraqueceram com a pandemia, chamando esses conselheiros tutelares para se fazerem presentes nas microrredes, novamente. Na segunda reunião, o presidente estava presente e, de novo, lá não tínhamos o Conselho Tutelar, na reunião de rede, do lugar que foi instaurado pelo Conselho Tutelar, as redes de Porto Alegre.

SR. TIAGO SIMON: Cassiá, só corroborando, reforçando, acho que a Márcia pode complementar, nós tivemos o segundo encontro lá na Secretaria de Governança, rearticulando o espaço por excelência, de integração da política social da cidade, que são as redes. A rede é o espaço de governança institucional e não só governamental, de cada território.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Só uma pergunta: a Governança é o setor da Prefeitura que domina, domina é uma expressão forte, mas coordena o Conselho Tutelar, tem a incumbência?

SR. TIAGO SIMON: Não, não coordena.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): O Conselho Tutelar é subordinado a quem na Prefeitura?

SR. TIAGO SIMON: Ele tem autonomia, mas estão no guarda-chuva da secretaria, mas eles têm autonomia.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Qual a secretaria?

SR. TIAGO SIMON: Secretaria De Desenvolvimento Social.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Eles podem ter autonomia, mas devem ter algum regramento também...

SR. TIAGO SIMON: Não, dentro do ordenamento jurídico que eles estão inseridos. Mas só para complementar, então, essas redes e redinhas são fundamentais, porque ali toda a política social do território nominalmente, toda semana, passam os nomes das crianças, dos adolescentes e todas as situações de vulnerabilidade, e ali devem ser tomadas as decisões. E essa rede que precisa estar articulada e funcionar, no caso da evasão de uma criança, caso tenha uma evasão, a rede tem que entrar em ação, o conselheiro tem... Entende? Então nós estamos rearticulando essa rede, justamente para...

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): É isso que eu gostaria, Márcia, depois, numa oportunidade, que tu repassasses essas decisões, essas informações para a comissão, para nós é muito importante. Essas redes constituídas, tudo isso aí, tudo que tu passares de informação para nós. Porque é aquela história que a gente aprendeu na vida, como polir também. A boa política tem que ser feita da seguinte forma: nós fiscalizamos lá e eles acatam aqui na Câmara, porque tudo se vota na Câmara. Não adianta a gente votar aqui coisas que não interessam à população. Nós precisamos votar coisas que interessam, e, nesse sentido, como levantou o Ver. Bobadra aqui, nós queremos ajudar, nós queremos saber o que é que funciona. Então, essa rede, essa integração de vocês, e eu comentei anteriormente, isso já acontecia há muito tempo, e já acontece em várias secretarias. E isso prejudica toda a sociedade. Às vezes, pensa que vai prejudicar o governo; não, prejudica a sociedade, porque todos têm o seu caminho, todos têm a sua estrutura, todo mundo tem o seu segmento. Então, Márcia, eu fico muito contente, tu foste corajosa. O que eu estava

presumindo, com a minhas palavras fortes, é que o Conselho Tutelar é muito importante, e por isso que a gente cobra deles. Se não, não teríamos cobrado. Aquele que não se importa, a gente não dá bola. Não é assim? Então, eu estou tendo algumas experiências com conselhos tutelares que não são boas. Quando uma emenda visava tirar eles da prova, fazendo os outros, que são inexperientes, que vão aprender... Porque essa questão das crianças vai se modificando, a lei vai se alterando muitas vezes. E o Conselho Tutelar tem que continuar aprendendo. É igual a um advogado, todos sabem que o tempo vai passando, as leis vão se aprimorando, os projetos vão entrando na Câmara Federal, no Senado, e a coisa vai, e ele tem que acompanhar esse segmento de melhores leis, lei complementares, etc. Então, eu adoro o Conselho Tutelar, mas está faltando alguma coisa de rede, que tu falaste. Se eles não participarem da rede, vocês vão mal. E se vocês não participarem, eles vão mal. É uma via de duas mãos. Porque eu já vi esse detalhe, assim, já perguntei isso e empurro para vocês, perguntei: “Tá, mas e o Conselho Tutelar não pode resolver a questão aí dessa criança ou adolescente?” “É tudo com a FASC!”, “É tudo com a FASC!” Está um jogo de empurra, e isso não é bom para a cidade e não é bom para vocês, não é bom para nenhum de nós.

SRA. MÁRCIA ELISA DE SOUZA: Eu fico muito feliz com as suas palavras, e digo isso enquanto técnica de formação, o quanto ter esse apoio, nós respeitamos este lugar, esta Casa, respeitamos o Conselho Tutelar, sabemos das suas funções, mas, acima de tudo, ele é quem rege o art. 98 do [Estatuto da Criança e do Adolescente](#). Na ausência do Estado, a quem responde? Conselho Tutelar. Isso, para mim, é fundamental; o art. 98. Então, é onde nós nos respeitamos, onde nós sabemos que esse órgão tem que estar à frente, não só como uma questão punitiva, enfim, a família também entendendo que é o ente que protege, é o ente que está ali assegurando todas as políticas, é ele que faz o elo de todas as políticas; é o Conselho Tutelar. Eles possuem uma força, eles não são quaisquer, é um ente que tem, sim, a conexão principal. Então, quero dizer que, sim, estamos, agora, no momento do Competi, que é a revisão do

protocolo, e eu falava anteriormente, não acho que num outro momento pode vir, a Competi, como um todo, aqui se fazer presente, apresentamos como está o nosso protocolo...

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. MÁRCIA ELISA DE SOUZA: Quando, assim, quiserem nos convidar, nós estaremos todos aqui, faremos aqui a nossa reunião, então, com a representação da educação, representação da saúde e da assistência. Nós podemos estar apresentando. E seria bem importante, porque nós estamos, na nossa penúltima reunião, o Conselho Tutelar mostrou que queria fazer algumas alterações no protocolo, nos colocamos à disposição, na última reunião eles não se fizeram mais presentes, já estive falando com a coordenação dos conselheiros tutelares, dizendo que, então, a Competi vai ao colegiado. Então disseram que não será necessário e estamos esperando, agora, no final do mês, que o Conselho Tutelar possa se fazer presente, já que quer alterações na questão do protocolo.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Tem alguma justificativa, Márcia?

SRA. MÁRCIA ELISA DE SOUZA: Todas as alterações...

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Eles não justificaram? Igual a hoje?

SRA. MÁRCIA ELISA DE SOUZA: É, eu acho que foi isso. Então, não tivemos... E, dizendo, aqui, para quem não entende, eu quero dizer que o Competi é esse Conselho Municipal, nós somos representação de secretarias. Cada ente da secretaria tem que ser autorizado a estar presente nessa relação. Não é um papel qualquer, não é uma representação qualquer; são pessoas comprometidas com suas secretarias e que fazem fomentar dentro. Não é à toa que nós estamos

com todos esses movimentos, porque, sim, eu tenho colegas anteriores que também incomodavam, e a gente também incomoda aqui o presidente. Então, a ideia é sempre fazer com que cada secretaria possa fazer, ali, o seu mínimo, a gente costuma dizer. O mínimo.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Não sei se algum outro vereador quer completar...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu queria sugerir, depois, Presidente, os encaminhamentos...

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Pode começar a encaminhar.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Então, eu peguei assim, que aliás, veio justamente do Ver. Bobadra e do Ver. Cassiá, que é a emenda da comissão para os computadores, para aquilo que o Bobadra falou ali, da necessidade. Emenda da comissão também, de Orçamento, é claro, para aumentar o número dos cartões de alimentação. Isso seria muito importante, me parece fundamental.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): E isso, não... Márcia, tu, com a tua experiência lá, eu senti que tu és braço direito e braço esquerdo do Tiago, se tu tiveres alguma ideia do que a comissão pode apresentar, além daquilo ali, nós estamos à disposição. Queremos colaborar.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Nós temos condições de... O Orçamento é de R\$ 12 milhões.

SR. TIAGO SIMON: Penso que neste momento, em termos de reforço orçamentário, o mais importante, de fato, nós estamos articulando o plano de segurança alimentar e nós expandimos recentemente um restaurante popular nas ilhas...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu acompanhei e é fundamental.

SR. TIAGO SIMON: Estamos implantando a questão das cozinhas comunitárias, que serão muito importantes. E também entendemos que essa questão da expansão do cartão é muito importante. Nós temos solicitado aos CRAS que façam um diagnóstico, até para que, a questão toda, vereador, fazer uma entrega qualificada para aqueles que realmente se encontram na condição de insegurança alimentar.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sim, vai ter cadastro para isso.

SR. TIAGO SIMON: Exatamente; busquei na saúde, tem um conjunto de pessoas que estão numa condição de nutrição inadequada. Então isso está sendo levantado para que possamos justamente iniciar esse processo. Uma outra questão que nós tínhamos pautado aqui, que seria a ideia também, o encaminhamento também foi uma emenda coletiva da comissão, uma emenda de comissão, que seria muito importante, que seria aquela do CRAS da Lomba do Pinheiro; exatamente, que nós tivemos aqui com toda a comunidade...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu marquei sozinho uma ida na EPTC que será semana que vem, por conta daqueles casos de quatro ônibus, para modificar, mas aí eu pretendo ir em nome da comissão.

SR. TIAGO SIMON: Sem dúvida. Nós já pautamos, o presidente da EPTC, o Ramires, a esse respeito, no sentido de que tenha celeridade nessa resolução, mas, assim, saliento que essa...

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Ele falou com o Adão, que é o secretário da mobilidade; às vezes a EPTC, o Ramires é gente boa, mas demora um pouquinho, e às vezes a competência é da mobilidade urbana.

SR. TIAGO SIMON: Eu tive uma conversa pedindo uma solução; é realmente solução. Nós temos alguns TRIs também do serviço de convivência que, em alguns casos, estão com problema burocrático, ou seja, uma demora na liberação que a gente quer resolver também, e queria colocar também essa questão do GSUS, que vai ser um marco, realmente um marco institucional histórico para a fundação, a implantação do sistema, como a Márcia estava comentando, porque ele vai organizar a gestão informatizada de todo o SUAS, de toda a política de assistência social, de toda a rede hoje na cidade; hoje, para os senhores terem uma ideia, nós temos os CRAS, os CREAS, os serviços, o PAIF, todos os serviços de assistência estão sem... Não existe uma rede de informações que nos permita saber os atendimentos do CRAS. Então, realmente, isso vai representar um avanço muito importante, Pedro.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Isso é muito importante. É fundamental, eu diria, até.

SR. TIAGO SIMON: E, por fim, eu queria dizer o seguinte, a gestão do Procad, do CadÚnico que nós temos ali hoje 92 mil famílias, aliás, 82 mil famílias que estão no Cadastro Único hoje em Porto Alegre, e 182 mil pessoas hoje são beneficiárias do programa Bolsa Família, que teve um aumento, e temos também o BPC que é um outro contingente muito importante, mas com o Gesuas nós teremos condições de potencializar aquilo que a Márcia disse, que é a vigilância sanitária, que é como se fosse o órgão de inteligência estratégica da assistência, que já tenho visto um crescimento muito importante, mas nós vamos ter condições de chegar com muito mais números, os dados da política pública e a formulação da política pública...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, 182 mil pessoas estão no Bolsa Família.

SR. TIAGO SIMON: Exato.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): E famílias são 82 mil.

SR. TIAGO SIMON: Famílias 82. E, por fim, eu gostaria de fazer um registro aqui; primeiro a grande qualidade dos quadros técnicos da FASC; porque, eu, desde que cheguei lá, tenho ressaltado em todos os ambientes institucionais, políticos, administrativos, a grande qualidade técnica dos quadros, notadamente as assistentes sociais e as psicólogas; principalmente a intensidade da doação que elas fazem pela área social é algo... Mas eu queria salientar um outro detalhe que a assistência hoje é, dentro da estrutura pública, o segmento menos reconhecido, menos reconhecido, e que tem uma diferença salarial menor que a saúde, menor do que a educação, muito menor que outros órgãos. Então uma questão muito importante que eu vejo, daqui para frente, e eu tenho pautado essa questão, é a valorização da assistência social aqui da nossa cidade, seja com uma função gratificada, como outras secretarias têm, nós já pensamos na questão da FG-FASC, a saúde tem, a educação tem, há várias secretarias; hoje nós sofremos, porque os servidores da FASC que querem sair o tempo todo.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): A saúde tem insalubridade.

SR. TIAGO SIMON: Então, assim, deixo para reflexão dos amigos desta comissão de direitos humanos, e, por fim, salientar que é justamente pela qualidade, pelo comprometimento que nós temos, eu posso falar, sem sombra de dúvidas, Ver. Cassiá, que nesse processo de articulação social das questões dos territórios, das questões de vulnerabilidade, quem puxa, o protagonista é a fundação; quem puxa o conselho, quem puxa a saúde. Às vezes a saúde não vai, às vezes e educação não vai, porque não tem tempo, não é porque não... Mas quem puxa o processo de articulação dos territórios para dar um atendimento integrado da política social é a FASC. Eu tenho acompanhado isso. Então eu acho muito importante que a Câmara, enquanto poder legislativo, possa chamar esses órgãos para que a gente possa, para que os senhores

possam exercer o papel de fiscalização e de construção desse processo que realmente é muito importante para a nossa cidade. Uma honra estar com vocês.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Se o presidente me permitir, eu quero só terminar os encaminhamentos. São só dois. Então era o contato com as grandes redes supermercadistas de varejo geralmente, para os alimentos que sobram, e a gente pode fazer em conjunto, e também os materiais recolhidos, digamos, dos camelôs, ilegais, entre aspas, que não sejam destruídos, que sejam recolhidos e desenvolvidos mediante a regularização. É isso, porque as pessoas tem que ter como sobreviver, e depois de destruídos não há o que fazer.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Ruas, nesse sentido, e pelo que o Tiago falou agora ultimamente, nós faremos aqui uma grande reunião, Márcia, com todos esses órgãos, tu vais nos indicar quem é que faz parte dessa rede aqui, porque eu considero, nós consideramos, que é um tema complexo, mas muito importante para a cidade, e não dá mais para estar um vai e o outro não vai, e a FASC segura tudo. Foi que eu notei.

SR. TIAGO SIMON: Tem que pensar, Cassiá, desculpe interromper, se é só sobre esse tema da erradicação...

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Não; a gente tem que...

SR. TIAGO SIMON: Se é a questão da erradicação ou se é uma política social mais ampla.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Isso. Mais ampliado.

SR. TIAGO SIMON: Isso aí.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Porque aí vai englobar vários aspectos, muitos que nós nem discutimos aqui.

SR. TIAGO SIMON: Caberia conversarmos antes e alinhar essa...

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Exatamente. Tá bom. Está bem, Rose?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Está ótimo. Nós temos, no dia 6, uma reunião específica sobre pessoas em situação de rua; é dia 6 e é no plenarinho.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): É só uma pergunta, para encerrar. Quem é o responsável geral do Conselho Tutelar da cidade? Há o nome de uma pessoa? Porque nós estamos aqui falando em relação ao Conselhos Tutelar e nós temos que saber por qual razão e motivo que essa pessoa se faz desconhecida, ou sei lá, porque que ela não, qual o motivo? Será que ela está acima da lei? Porque, na verdade, nós estamos falando de um órgão que cuida de milhares de crianças na cidade, a responsabilidade deles é imensa, nós estamos falando deles, e eles não estão para se defender; quer dizer, então alguém deles tem que estar aqui, e a gente quer saber porque que eles não vieram.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Exatamente, o Marcelo saiu, é que o trabalho dos conselhos é uma responsabilidade, é muito sério, eles fazem um trabalho gigantesco na cidade, eles têm uma responsabilidade muito grande, eles colocam as suas vidas em risco, porque, como o Marcelo falou, às vezes, eles abordam crianças, eles querem defender o direito daquela criança, e às vezes alguém vai lá e coloca o nome deles na linha de frente, na marca do tiro, no alvo para ser morto, porque a gente tem que tomar um cuidado muito grande de entender que estamos falando de pessoas que deram a vida deles, que

estudaram, que fizeram provas, que se colocaram à disposição para cuidar das crianças da cidade de Porto Alegre. Nós sabemos que em determinados lugares os conselheiros são, muitas vezes, ameaçados de morte, porque estão defendendo aquela criança que os pais irresponsáveis, pais, me perdoem, que não deveriam ser pais, não deveriam ser pais, colocaram uma criança no mundo e hoje não tem responsabilidade de cuidar, abandonam os seus filhos, às vezes pais viciados, que nem eu assisti uma reportagem anteontem na Record, uma criança de 43 dias de vida, onde os pais mataram o filho, mataram a criança, um casal, e aí esse casal foi preso, não sei se vai ficar preso, vão responder por crime, porque eles espancaram a criança, talvez pais drogados, pais viciados, que colocam um filho no mundo, e infelizmente a nossa sociedade está desordenada, as famílias, infelizmente, hoje, não têm uma estrutura familiar, não tem uma responsabilidade, não pensam no futuro dessas crianças, só sabem colocar filho no mundo, e a pessoa, para colocar uma criança, ela tem que ter responsabilidade, ela tem que pensar se ela vai ter condições, estrutura para dar um sustento para essa criança, para esse filho, não apenas pensando... não sei no que que elas pensam quando elas colocam uma criança no mundo... “Ah, mas eu senti vontade e fui lá tive relação com um homem ou com uma mulher...” Não! Para aí; eu tenho que pensar que se eu tiver relação com alguém, e se eu não me cuidar, não tomar nenhum tipo de comprimido ou uso de preservativo, eu vou colocar uma criança no mundo. E essa criança? Como é que vai ficar lá na frente? É obrigação de quem cuidar dessa criança? É da sociedade? É do poder público? É do avô, e da avó? É do Conselho Tutelar? Quem vai cuidar dessa criança? Quer dizer que eu, como pai, como mãe, coloco no mundo e deixo o meu filho jogado como se fosse um lixo; ou eu jogo o meu filho na lata de lixo, porque eu não quero criar, porque eu não quis ter aquela criança; porque aquela criança foi indesejável, ou numa hora de relacionamento eu não pensei que eu poderia ter uma criança. Então a gente vê que os conselheiros podem sim, e eu quero saber quem é o responsável, e vou atrás dos responsáveis, e vou ligar para o responsável geral do Conselho Tutelar, e vou indagar ele por qual motivo e razão que ele não esteve aqui na reunião que nós convocamos

ele; e ele não pode estar à frente do Conselho Tutelar, ou ele ou ela, seja lá quem for, ele não pode ser o responsável geral do Conselho Tutelar se não tem a mínima responsabilidade de, quando convocado, vir aqui pelo menos dar uma satisfação ou então do que que ele pode fazer para ajudar, porque a gente não pode aceitar é que as crianças fiquem abandonadas, como estão abandonadas, infelizmente, na nossa cidade. Obrigado. Desculpa eu falar dessa forma, porque não pode a gente continuar vendo criança morrer por irresponsabilidade de pais, que infelizmente só querem fazer filhos e não pensam no futuro, não pensam no futuro. Colocar filho no mundo é muito fácil; agora eu quero ver ter responsabilidade para cria-los.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Alvoni; primeiro agradecer aí ao Thiago e à Márcia, é uma satisfação vê-los aqui, a tua coragem, eu às vezes sou taxado de metido em tudo, aqui enfrentei, e a gente tem que enfrentar, vereador tem que ser assim, sou muito questionador, o Ruas também, o Bobadra também, o Alvoni, que reza bastante, mas é questionador, porque é a vida, nós estamos aqui para isso. Eu fiquei muito chateado hoje, e agora faço uma pergunta aqui: quem é o representante do nosso presidente, do Márcio, quem é? Ele tinha que estar aqui, senão parece que a gente está falando pelas costas. Não. Nós temos que melhorar algumas coisas. Todo vereador que é presidente tem que ter uma assessoria do seu gabinete, não é vocês desculpem, vocês fazem um trabalho belíssimo, para que possa nos responder, porque o que nós estamos falando aqui, mas eles tomarem conhecimento, só se depois eles forem nas notas taquigráficas, e isso não é bom, as coisas têm que ser mais dinâmicas. Eu estou cobrando isso, mas, independentemente disso, agradeço ao Tiago e à Márcia, que eu conheci hoje, eu gostei muito de ti, continue assim. Tem coisas que a gente tem que dizer; tem outras que a gente tem que calar, mas vocês não vão fazer sozinhos se não tiverem essa rede que vocês disseram aí. A gente vê hoje aqui o estrago que fez uma parte não vindo, eu não estava preocupado com a Defensoria Pública nem com a Polícia Civil, o Deca, não estava; eles estão noutra patamar, um pouquinho mais ali, quando eles são chamados, eles vêm,

mas o Conselho Tutelar não podia falhar aqui, pelo amor de Deus, eu respeito muito, mas, eu, como vereador, tenho que cobrar. Eu agradeço a vocês. A palavra está disponível para o encerramento, e tenho certeza de que todo mundo saiu satisfeito com a presença do Tiago, um amigo, e a Márcia hoje eu estou conhecendo, e é uma grata satisfação conhecer esse belíssimo trabalho. (Palmas.)

SR. TIAGO SIMON: Acho que no final, aqui, o nosso presidente, Ver. Cassiá, está quase pedindo a Márcia emprestada pra ele aqui.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Se der, nós a traremos pra cá. Um abraço a todos. Obrigado.

SRA. MÁRCIA ELISA DE SOUZA: Muito obrigada.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (PP): Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 16h04min.)